

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 000/2025
PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 000/2025**

A **FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA (FCU)**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 20.054.581/0001-51, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 356, Centro, nesta cidade de Uberaba/MG, CEP: 38.010-240, regida pela Lei Municipal nº 492/15, neste ato representada pelo Presidente, Fabiano Cavalcanti de Melo Bernardi, casado, advogado, RG MG7405502, CPF.:965.321.736-49, Av. Leopoldino de Oliveira, 3262, 570, Bairro Estados Unidos, CEP 38.015-000, conforme Decreto nº 5671/2025, ora denominada **CONTRATANTE** e **XXXXXXXXXXXXXX**, Sociedade Empresária, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, sediada na Rua XXXXXXXX, nº XXX - XXXXXXXX - CEP XXXXX XXXX, neste ato representada por SXXXXXX, brasileira, solteira, engenheira civil, nascida em XXX, natural de XXXX portadora da identidade XXXXXXXX, CPF nº XXXX, residente e domiciliado em XXXXX, à Rua XXXXXXXX Esperança – CEP XXXX, simplesmente designada **CONTRATADA**, ajustam o presente Contrato, tendo em vista a homologação do Presidente da Autarquia, datada de **00 de Outubro de 2025**, no **PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 000/2025**, sujeitando-se as partes às normas da **Lei Federal nº 14133/2021, artigo 75 inciso I c/c Decreto nº 11871/2023 e artigo 71, inciso IV § 4º, bem como Decreto Municipal nº 3815/2023, artigo 110 inciso I**, e alterações posteriores, demais normas regulamentares, bem como, às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato, a **Contratação de empresa especializada para execução do fechamento da cobertura retrátil do Memorial Chico Xavier**, conforme projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo e planilha orçamentária anexos, em atendimento a solicitação do Departamento de Museus

CLÁUSULA II – DO VALOR

2.1 - O valor total deste contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXX)**, conforme Planilha de Composição de Preços apresentada no processo de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025.

2.2 - Deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: **transportes, licenciamentos, seguros contra danos materiais a terceiros e responsabilidade civil, tributos** de qualquer natureza e todas as **despesas, diretas ou indiretas**, relacionadas com a execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após a entrega do serviço (**medições conforme cronogramas físicos-financeiros**), condicionado à apresentação da documentação fiscal e liquidação da despesa, a qual será processada na Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques.

3.2- Caso a CONTRATADA seja domiciliada no Município de Uberaba/MG, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a CNDM - Certidão Negativa de Débitos Municipais, caso não, de sua sede.

3.3 - O pagamento será realizado mediante medições realizadas e certificadas pelo fiscal deste Contrato.

A Nota Fiscal só será liberada após a prestação do serviço, e quando estiver em total conformidade com as especificações.

3.4 - A Nota Fiscal deverá ser entregue ao gestor do departamento onde será prestado o serviço, juntamente com a medição, CND e documentação comprobatória de pagamento de INSS e FGTS dos funcionários.

3.4.1 - A Nota Fiscal correspondente à mediação deverá ser entregue ao Departamento onde será prestado, juntamente com certidões negativas dentro da validade (municipal, federal, estadual e trabalhista); CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; GPS – Guia da Previdência Social, GRF – Guia de Recolhimento do FGTS e Relatório SEFIP, referentes ao mês de medição; CNO – Cadastro Nacional da Obra; 03 (três) vias do relatório fotográfico (modelo próprio).

3.4.2 - A Nota Fiscal deverá constar o objeto da obra, o número do termo de contrato e do processo licitatório, o número do CNO da obra, a medição a que se refere, e, em caso de convênios ou similares, os dados específicos do termo (consultar).

3.5 - No caso de Notas Fiscais emitidas em outro município, deverá ser providenciado o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços – RANFS, no município de Uberaba/MG.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus à CONTRATADA.

3.7 - A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Contrato estiver em total conformidade com as especificações.

3.8 - Caso não ocorra o pagamento na data prevista no subitem 4.1 por culpa da Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques, o valor será corrigido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

3.9 - Como condição para a continuidade do contrato, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

3.10 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

3.11 - Quando a CONTRATADA não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

3.12 - Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

CLÁUSULA IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 - As despesas oriundas do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias n°s:

FONTE DE RECURSO: 06.26.20.13.392.0113.2006.3.3.90.39.00 – Ficha 1501

CLÁUSULA V - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

5.1 - Na hipótese de descumprimento das normas do Termo de Referência, do Aviso de Dispensa Eletrônica e do empenho ou da inexecução total ou parcial da prestação dos serviços nos termos do artigo 155 da lei 14.133/2021, a **CONTRATANTE**, **garantido a apresentação de prévia defesa**, aplicará à **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções previstas no artigo 156 da supracitada lei:

5.2 - Advertência;

5.2.1 - Será registrada advertência sempre que for constatada a irregularidade constante no inciso I do artigo 155 da lei 14.133/2021, qual seja “dar causa a inexecução parcial do contrato”, que tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da **CONTRATANTE**;

5.3 Multa, na seguinte forma:

5.3.1 - **de 0,3% (três décimos por cento)** por dia do valor total do Contrato, quando ocorrer atraso até o 10º (décimo) dia para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual;

5.3.2 - **de 0,5% (cinco décimos por cento)** por dia do valor total do Contrato, quando ocorrer atraso do 11º (décimo primeiro) até o 20º (vigésimo) dia para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual;

5.3.3 - na hipótese de não assinatura no Contrato no prazo estabelecido no do Aviso de Dispensa Eletrônica e/ou descumprimento das exigências referentes às especificações, ou de quaisquer disposições do Termo de Referência, do Aviso de Dispensa Eletrônica e contrato, bem assim, atraso superior a 20 (vinte) dias, para efetuar a prestação dos serviços e ou qualquer das hipóteses previstas no artigo 155 da lei 14.133/2021, de acordo com a gravidade do descumprimento contratual, a licitante vencedora ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

5.3.4 - O valor das multas a que se referem os subitens anteriores, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, será automaticamente deduzida do pagamento à **CONTRATADA**, nos termos do § 8º do artigo 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021.

5.3.5 - As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

5.3.6 **Impedimento de Licitar e Contratar** com esta Autarquia, por um prazo de até 03 (três) anos, quando ocorrer as hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021.

5.3.7 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do certame ou da execução de seu serviço, não mantiver sua proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio de ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas

no contrato, conforme previsto na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 3.815/2023.

5.3.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º do artigo 156 da lei 14.133/2021, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 03(três) anos e máximo de 06(seis) anos;**

5.3.9 As sanções previstas nos subitens “5.2.1”, “5.3.1, 5.3.2, 5.3.3”, desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com o subitem “5.3.8”, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

CLÁUSULA VI – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.1 - O prazo de garantia não poderá ser inferior ao disposto na legislação concernente a garantia de serviços de engenharia constante do Termo de Referência, contado do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, a ser emitido por servidor ou comissão designada pela Fundação Cultural, ou por quem lhe vier exercer tal atribuição por delegação legal.

CLÁUSULA VII - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO CULTURAL

7.1 - Solicitar a CONTRATADA a prestação de serviços indicando o dia que o serviço deverá ser entregue, local e horário, caso diferente do estabelecido no presente do Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.2 Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias para a perfeita execução do serviço, objeto deste instrumento.

7.3 O serviço, objeto da presente dispensa, serão acompanhados e fiscalizados por servidor(es), devidamente designado(s) pelo CONTRATANTE, denominado fiscal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21.

7.4 O Gestor e Fiscal serão indicados no Contrato de Prestação de Serviços.

7.5 Os gestores serão competentes para exercerem as seguintes funções:

I - requisitar o objeto a ser contratado, bem como providenciar toda a documentação necessária para início do procedimento licitatório;

II - acompanhar o procedimento licitatório;

III - dar ciência aos seus superiores hierárquicos sobre possíveis atrasos na conclusão do procedimento licitatório;

IV - emitir Ordem de Fornecimento;

V - controlar o prazo de vigência do contrato;

7.6 Os fiscais serão competentes para exercerem as seguintes funções:

- I - ler atentamente o contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II - esclarecer dúvidas do preposto/representante do Contratado que estiverem sob a sua alçada;
- III - verificar se a entrega está acontecendo conforme o pactuado;
- IV - fiscalizar o cumprimento das cláusulas da Ata (ou contrato), comunicando ao gestor as irregularidades.

7.7 A Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução do serviço, do gestor e do fiscal do contrato.

7.8 A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.

7.9 A atualização, caso seja necessária, será realizada por meio de apostilamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10 Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do serviço, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado.

7.11 Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no Termo de Dispensa Eletrônica.

7.12 A Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques terá, a qualquer tempo, acesso à inspeção dos materiais a serem entregues, verificando as condições de atendimento à proposta.

7.13 Exercer a fiscalização da execução do objeto na forma prevista pela Legislação competente.

7.14 Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade do serviço ou eventual mudança de endereço.

7.15 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos da Dispensa Eletrônica.

7.16 Promover a fiscalização e conferência dos materiais entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos da Dispensa Eletrônica.

7.17 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante contratado.

7.18 Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução dos serviços.

7.19 Solicitar ao contratado a entrega indicando o dia, locais e horários, caso diferente do estabelecido no Termo de Dispensa Eletrônica.

7.20 Acompanhar e fiscalizar, por meio de preposto designado pela Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques, a execução dos serviços, objeto no Termo de Dispensa Eletrônica.

7.21 Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no contrato

7.22 Cumprir as obrigações pecuniárias na forma e prazos estabelecidos no contrato, efetuando os pagamentos apenas pelos serviços efetivamente prestados.

7.23 Fornecer à contratada todas as informações e dados necessários à correta execução dos serviços, prestando os esclarecimentos solicitados sempre que necessário.

7.24 Permitir o livre acesso da contratada às dependências do contratante para realização de vistorias e execução dos serviços contratados.

7.25 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, diretamente ou por meio de preposto designado, com ampla e irrestrita liberdade para determinar a

regularização de eventuais faltas, defeitos ou descumprimentos contratuais, inclusive quanto à segurança e qualidade dos serviços.

7.26 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam às especificações contratuais, bem como serviços prestados por terceiros não autorizados.

7.27 Aplicar penalidades, embargar serviços com riscos iminentes e exigir a correção imediata de falhas ou irregularidades, sem que isso implique corresponsabilidade do contratante ou de seus prepostos por eventuais danos decorrentes da execução dos serviços.

7.28 Notificar formalmente a contratada quanto à aplicação de multas ou sanções por descumprimento contratual, bem como registrar em autos as irregularidades constatadas.

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Além das condições dispostas no Termo de Referência, a empresa deverá executar os serviços contratados, dentro da melhor técnica em consonância com no Termo de Dispensa Eletrônica, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas, especificações e instruções da Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques.

8.2 Se responsabilizar pela segurança dos serviços até o recebimento definitivo da mesma pela contratante.

8.3 Executar, imediatamente, adequações nos serviços que se fizerem necessários de sua responsabilidade, apontados pela fiscalização.

8.4 Responsabilizar-se, técnica e civilmente pelos serviços executados.

8.5 Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o seu acompanhamento.

8.6 Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e empresariais oriundos da execução dos serviços, objeto desta licitação.

8.7 Cientificar a Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques do andamento do serviço, quando for o caso.

8.8 Participar a Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques, com a antecedência necessária, eventuais diligências a seu encargo.

8.9 Manter, durante todo prazo do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto na Lei Federal nº 14133/2021 c/c Decreto Municipal nº 3815/2023 e alterações posteriores.

8.10 Recolher o ISSQN na Cidade de Uberaba em conformidade com os artigos 3º e 4º da Lei Complementar Federal 116 de 31 de Julho de 2003.

8.11 Se responsabilizar pelo local para armazenamento dos materiais (que não será disponibilizado pela Fundação Cultural) devendo informar o endereço para a Contratante.

8.12 Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), e do cadastro específico do INSS (CEI), nos termos da Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

8.13 Responsabilizar-se por danos causados diretamente a Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço ou por

seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

8.14 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da prestação de serviço objeto no Termo de Dispensa Eletrônica.

8.15 Apresentar CND para fins de averbação, com relação às parcelas dos serviços que serão executados, quando solicitado.

8.16 Utilizar somente pessoal qualificado e em número suficiente à realização de todos os serviços relacionados à execução dos serviços, assumindo plena e exclusiva responsabilidade por sua contratação, pelos contratos de trabalho celebrados com seus empregados e respectivos encargos decorrentes, incluindo pagamento de seus salários e benefícios, tributos e contribuições correlatas, alojamento, alimentação, transporte, indenizações, multas e outras penalidades eventualmente advindas de infrações cometidas, reclamações judiciais e quaisquer medidas propostas por seus empregados, empregados dos subcontratados, ou terceiros, eximindo a Fundação Cultural de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, e assumindo integral responsabilidade por quaisquer reclamações trabalhistas previdenciárias que vierem a ser ajuizadas contra a Fundação Cultural, em relação ao presente Contrato.

8.17 Os responsáveis técnicos pela execução do presente Contrato deverão apresentar a devida ART e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

8.18 Executar as atividades necessárias à execução dos serviços de modo a não interferir com instalações ou serviços existentes, públicos ou privados e evitar danos ou perturbação à propriedade de terceiros, resultantes de poluição, incluindo ruído e outras causas advindas do seu método de trabalho.

8.19 Responsabilizar-se pela instalação e operação do canteiro e demais estruturas operacionais no local dos serviços, inclusive, mas não se limitando, a instalações provisórias, tais como acessos, urbanização, tapumes, placa dos serviços em local visível, de acordo com os normativos vigentes, inclusive da Fundação Cultural.

8.20 Proteger e manter o canteiro em perfeitas condições de uso, funcionamento, vigilância, higiene e segurança, durante a execução dos serviços, providenciando as ligações provisórias necessárias, com atendimento de todos os aspectos e recomendações previstas na legislação pertinente, inclusive os relativos à Engenharia Sanitária e Legislação Ambiental, bem como manter e conservar contra qualquer deterioração, perdas e danos, durante a execução, incluindo eventuais períodos de suspensão da execução contratual, até sua efetiva entrega.

8.21 Responsabilizar-se pelo recolhimento das taxas e obtenção junto aos órgãos competentes, bem como pela manutenção em vigor, das licenças, alvarás, vistorias, e registros técnicos necessários à instalação do canteiro e à execução dos fornecimentos ou serviços integrantes da contratação, assegurando tal providência por parte dos subcontratados, quando for o caso.

8.22 Responder pela proteção e custódia dos serviços cujo respectivo Termo de Recebimento Provisório ainda não tenha sido emitido, devendo corrigir por sua conta quaisquer prejuízos ou danos que possam ocorrer nos serviços em virtude de qualquer causa durante este período.

8.23 Assegurar até o recebimento definitivo do serviço, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado e da garantia de execução de que trata a Cláusula Sétima deste Termo Contratual.

8.24 Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização realizada pelo responsável técnico da Fundação Cultural e/ou por ela contratada.

8.25 Facilitar a fiscalização da Fundação Cultural e/ou terceiro por ela contratada, na inspeção dos serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pelo Responsável

Técnico, disponibilizando, prontamente, as informações requeridas pela Fundação Cultural, especificamente aquelas relativas ao andamento dos serviços, controle de qualidade e a garantia da qualidade dos materiais, equipamentos e serviços, assim como esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução do objeto deste Contrato.

8.26 Informar à fiscalização da Fundação Cultural e/ou por ela contratada a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do serviço, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação, com registro no competente Diário dos serviços.

8.27 Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela Fundação Cultural.

8.28 Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da prestação do serviço.

8.29 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação do serviço, bem como pelo registro do contrato junto ao CREA/MG e perante outros órgãos determinados por legislação em vigor, arcando com todas as despesas daí decorrentes e comprovando, perante a Fundação Cultural, no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação do extrato do Contrato, ou dos extratos dos respectivos aditivos, o cumprimento desta obrigação.

8.30 Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas e emolumentos, incumbindo-se de aprovação das licenças necessárias a sua execução.

8.31 Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local do serviço, quer para outro local liberado pelos órgãos competentes.

8.32 Encaminhar ao preposto da Contratante, até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica dos serviços no CREA/MG ou CAU/MG.

8.33 Manter no local da execução dos serviços, entre outros exigidos por Lei: (I) um Diário dos serviços, o qual, devidamente visado pela equipe de fiscalização da Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques, servirá para registro diário de outras ocorrências de caráter técnico e administrativo, tais como: pessoal efetivo, equipamentos, condição climática, serviços executados, dúvidas a serem esclarecidas pela fiscalização, questões pendentes, entre outras; (II) Livro de Fiscalização do Ministério do Trabalho; (III) Fichas de Registros dos Empregados; (IV) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT).

8.34 Manter os empregados designados para a execução do serviço devidamente uniformizados e equipados com equipamentos de segurança individual (EPI) referente à função exercida no local, observando, inclusive, todas as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

8.35 Disponibilizar, a qualquer tempo, à Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques ou aos seus representantes, toda a documentação, própria e de seus subcontratados e prestadores de serviços, referente à comprovação do pagamento dos tributos, seguros, salários dos empregados, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do presente Contrato.

8.36 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, relatório do andamento do cronograma a cada 15 (quinze) dias, contendo todo o andamento do período, e as devidas justificativas em caso de atraso do cronograma, bem como a solução a ser adotada para cumprir o prazo contratual, sob pena de sofrer as sanções editalícias.

CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 – A Fundação Cultural de Uberaba poderá considerar rescindido o contrato, unilateralmente, sem que caiba à contratada qualquer direito de indenização ou retenção, se a contratada:

9.1.1 - Infringir qualquer cláusula do contrato.

9.1.2 - Recusar-se a executar qualquer serviço, desde que suas razões não tenham sido prévia e devidamente aceitas pela fiscalização.

9.1.3 - Deixar de cumprir as exigências da fiscalização relativas aos serviços a serem executados.

9.1.4 - Não cumprir os prazos de execução dos serviços fixados no cronograma.

9.1.5 - Rescindido o Contrato por culpa ou por qualquer um dos motivos do subitem 9.1. A contratada indenizará a Fundação Cultural de Uberaba de todos os prejuízos.

9.2 - Rescindido o Contrato, a contratada não terá direito a qualquer indenização por serviços não realizados, restando à Fundação Cultural de Uberaba, as importâncias porventura devidas por serviços já executados, e ainda não pagas, para cobertura das multas, juros e demais encargos que couberem pela rescisão a que a contratada houver dado motivo.

CLÁUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - Durante a execução dos serviços a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, rigorosamente, as obrigações constantes, as quais serão observadas seu cumprimento, ou seja, a execução dar-se-á dentro da melhor técnica, prestando-se rigorosa observância às instruções da CONTRATANTE, nos termos da Lei 14.133/2021 e no artigo 24, 25 e os demais artigos contidos no Decreto Municipal nº 3.815/2023.

10.2 - A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por representante da Fundação Cultural de Uberaba especialmente designado pela autoridade CONTRATANTE nos termos do item 15 do Termo de Dispensa Eletrônica bem como nos termos constantes do Termo de Referência.

10.3 - A fiscalização terá poderes para:

- a) Recusar os serviços que não obedeçam às especificações dispostas neste Edital;
- b) Sustar quaisquer serviços que não estejam de acordo com o Termo de Dispensa Eletrônica, ou com a boa técnica e qualidade, mediante notificação por escrito ao licitante vencedor;
- c) Transmitir ao Licitante Vencedor as determinações e instruções da Diretoria de Museus.
- d) Examinar os documentos referentes à quitação regular do Vencedor, para com a Previdência Social e FGTS;
- e) Praticar quaisquer atos, nos limites do Contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da FCU.

10.4 - A fiscalização não permitirá que a licitante vencedora realize a prestação de serviços em desacordo com as preestabelecidas.

10.5 - A fiscalização da FCU não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante vencedora para terceiros, sejam quaisquer profissionais e/ou empresas,

envolvidos com a prestação dos serviços.

10.6 - A ação da fiscalização não exclui nem reduz a completa responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos causados pela prestação dos serviços, ora licitados.

10.7 - A existência de fiscalização não implica co-responsabilidade da FCU ou de seus servidores, ainda que estes sejam seus fiscais.

CLÁUSULA XI – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES

11.1 - A execução dos serviços/Fornecimento e instalação deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias corridos após a EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.

11.2 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14133/2021.

11.3 - A Ordem de Serviço só será encaminhada após a assinatura do Termo de Contrato.

11.4 – Todos os investimentos necessários ao cumprimento do contrato correrão por conta da CONTRATADA, a qual deverá ainda fornecer ou disponibilizar todos os **equipamentos e insumos requeridos à execução da obra e serviços objeto deste contrato.**

11.5 - A CONTRATADA deverá cumprir os prazos, os requisitos mínimos, as especificações técnicas e os parâmetros de qualidade e eficiência constantes do Aviso de Dispensa Eletrônica, deste contrato e seus ANEXOS, que passa a fazer parte integrante do Processo Licitatório, independentemente de transcrição, e ainda deverá atender toda e qualquer norma federal e estadual, necessárias ao cumprimento do objeto contratado, incluindo-se, quando houver, as recomendações e determinações dos órgãos de defesa do Meio Ambiente.

11.6 - O prazo de garantia da obra/serviço não poderá ser inferior ao prazo previsto no Termo de Referência, e será contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a ser emitido por servidor ou comissão designada pela Fundação Cultural de Uberaba Prof Antônio Carlos Marques, ou por quem lhe vier exercer tal atribuição por delegação legal

11.7 - O prazo para recebimento da obra/serviço objeto deste contrato, após sua conclusão, obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XII – DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

12.1 - Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

12.2 - Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a CONTRATADA está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do CONTRATANTE e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma,

todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

12.3 – Deverá ser respeitada a Lei nº 13.709/2018, durante toda a execução do objeto, inclusive no tocante aos dados dos servidores da Fundação Cultural de Uberaba Professor Antônio Carlos Marques, sendo a empresa CONTRATADA única responsável pelo armazenamento e proteção dos dados.

CLÁUSULA XIII - DO RECEBIMENTO

13.1 - Concluídos os serviços procederá a FUNDAÇÃO CULTURAL, receberá os serviços conforme Termo de Referência.

13.3 - Todos os serviços serão inspecionados e acompanhados pela fiscalização da FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS MARQUES para verificação de conformidade e a sua conclusão será efetiva com termo formal de recebimento, conforme **Termo de Referência**.

13.4 - A execução dos serviços se darão no MEMORIAL CHICO XAVIER – Av. João XXIII, 2011 – Bairro Parque das Américas – Uberaba/MG.

13.5 - Durante os serviços a empresa deverá garantir a proteção e segurança dos seus funcionários e também usuários do local, bem como do material artístico do local, no que diz respeito as atividades que possam causar acidentes decorrentes da prestação dos serviços.

13.6 - Os serviços deverão ser realizados de forma a respeitar as orientações e diretrizes das políticas públicas de preservação e proteção dos bens culturais brasileiros, seus valores estéticos e culturais, com o mínimo de interferência na autenticidade, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos e das características espaciais e ambientais existentes. Os materiais, equipamentos, métodos e técnicas de execução, deverão, tanto quanto possível, respeitar aqueles originalmente utilizados.

13.7 - A Contratada deverá seguir estritamente o Termo de Referência na execução dos serviços.

13.8 - O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo máximo de dois dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada.

13.9 - A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material ou serviço rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Pedido de Dispensa Eletrônica de Preços, independentemente da quantidade rejeitada.

13.10 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, dentro dos limites estabelecidos por lei e pelo contrato.

CLÁUSULA XIV - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

14.1 – Do gestor e fiscal do contrato:

GESTÃO DO CONTRATO	Servidor Ordilei da Cunha Luis Matrícula 50-0
FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Servidor Matrícula

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram este contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos vinculados ao Processo de Dispensa de Licitação nº 000/2025, observados, no que couberem, os disciplinamentos ditados na Lei Federal nº 14133/2021 c/c Decreto Municipal nº 3815/2023 e alterações posteriores..

15.2 - Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, em especial quanto às hipóteses de rescisão previstas na Lei Federal nº 14133/2021 c/c Decreto Municipal nº 3815/2023 e alterações posteriores.

15.3 - As alterações posteriores, que se façam necessárias no presente instrumento, serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1 - As partes elegem o Foro de Uberaba(MG), para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, renunciando a qualquer outro especial ou de exceção.

E, por estarem assim contratadas, as partes assinam este contrato em 02 (duas) vias, de igual teor.

Uberaba, 00 de Outubro de 2025

FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA

Cássio Luis Facure

Presidente

Fundação Cultural de Uberaba Professor Antônio Carlos Marques

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATANTE

Nome/Assinatura: _____

RG: _____

C.P.F.: _____

CONTRATADA

Nome/Assinatura: _____

RG: _____

C.P.F.: _____